

A CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS E EM BIBLIOTECAS À LUZ DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO: pontos de convergência e de divergência

Resumo: Neste artigo, apresentamos um estudo desenvolvido no âmbito da Representação e da Organização da Informação, dedicado à teoria da classificação e às classificações em bibliotecas e em arquivos. As referidas classificações são analisadas como recursos ou meios privilegiados de organização da informação e do conhecimento. Para efetuar a sua abordagem, apresentamos e tecemos considerações teórico-práticas, focalizadas nas suas origens, influências, definições, objetivos, relevância, princípios e características, com o propósito de identificar pontos de convergência e de divergência entre elas, e assim contribuir para a sua melhor compreensão e aplicação. Neste intento, iniciamos por uma revisão bibliográfica seletiva do assunto, privilegiando obras específicas sobre o mesmo, considerando, ainda, para o contextualizar, obras complementares sobre matérias transversais. A seguir à construção deste referencial teórico, efetuamos uma análise comparada dos dois tipos de classificação em questão. Este estudo finaliza-se com as seguintes considerações: quando comparados, os dois tipos de classificações do conhecimento apresentam, de uma forma geral, convergências, no que concerne às suas origens, influências, definições, objetivos e relevância; todavia, no que se refere aos princípios e às características gerais, os mesmos mostram divergências, que são, no nosso entender, originadas sobretudo pelas especificidades de cada objeto, bem como pelas condicionantes de cada contexto.

Palavras-chave: Classificações bibliográficas – Classificações em arquivos – Representação da informação – Organização da informação – Teoria da classificação.

ARCHIVES AND LIBRARY CLASSIFICATION IN THE LIGHT OF CLASSIFICATION THEORY: points of convergence and divergence

Abstract: This paper presents a study developed in the fields of Information Representation and Information Organization. Its main subjects are the Classification Theory, in general, and the Classification in archives and libraries, in particular. As we know, these types of classifications are privileged resources for the information organization and knowledge organization. We present and discuss some theoretical and practical considerations, which focus in the origins, influences, definitions, objectives, principles and general characteristics of both classifications cited, in order to identify its points of convergence and divergence, and thus contribute to its better understanding and application. For that, we made a selective literature review about these subjects, focusing it on specific works, also considering additional and related works, intending to its better contextualization. After the conclusion of this brief theoretical framework, we performed a comparative analysis of the specific aspects of the mentioned classifications. Finally, this study raises the following considerations: when compared, the two types of knowledge classifications present, in general, some convergences, especially regarding to its origins, influences, definitions, objectives and relevance. However, regarding to its principles and general characteristics, they present some divergences, which are, in our opinion, caused mainly by the specificities of its objects, as well as by the constraints of its own context.

Keywords: Bibliographic classification – Classification in archives – Information representation – Information organization – Classification theory.

Maria da Graça Simões
Profª. Auxiliar Convidada da
Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra

gsimoes@darq.uc.pt

M. Cristina V. de Freitas
Profª. Auxiliar Convidada da
Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra

cristina.freitas@fl.uc.pt

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Depuis long-temps j’avais remarqué qu’il est nécessaire, dans la détermination des caractères distinctifs d’après lesquels on doit définir et classer les sciences, d’avoir égard non-seulement à la nature des objets auxquels elles se rapportent, mais encore aux divers points de vue sous lesquels on considère ces objets.”
(André-Marie Ampère, Essai sur la philosophie des sciences, Préface, p. vi)¹

A epígrafe acima, enunciada pelo físico André-Marie Ampère, no prefácio de um livro em que tentava determinar as características a usar na classificação das ciências, aparece-nos como um perfeito exemplo das preocupações que supostamente afligiram os classificadores durante muito tempo. De acordo com Dahlberg (1979), no século XIX, a elaboração das classificações tornou-se um *“hobby”*. Ainda, conforme o mesmo autor, o ato de classificar parece ser tão antigo quanto a própria humanidade, tendo prosperado, do estatuto de arte para o de ciência, deixando marcas inevitáveis na produção de grandes filósofos². Entretanto, segundo analisa, o termo classificação terá emergido, nos diversos textos relacionados com a classificação das ciências e dos documentos, somente a partir do século XVIII, e a inspiração decorrente destes trabalhos terá estado na raiz das influências sofridas pelos bibliotecários da época, e os terá estimulado a construir novos sistemas destinados à organização do conteúdo das suas próprias coleções.

Neste artigo, apresentamos um estudo desenvolvido no âmbito da Representação e da Organização da Informação, dedicado à teoria da classificação, de um modo geral, e às classificações bibliográficas e em arquivos, em particular. Como sabemos, as referidas classificações são entendidas, na atualidade, como recursos privilegiados de organização da informação e do conhecimento. Graças a esta sua função genérica, elas contribuem para que os arquivos e as bibliotecas possam responder, positivamente, aos desafios do novo paradigma emergente, produto da revolução tecnológica operada no mundo da informação, em particular no que concerne aos ambientes digitais e da *Web*.

¹ Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=j4QPAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>.

² No já suficientemente conhecido texto de Dahlberg (1972), há uma série de exemplos a este respeito.

No mundo globalizado em que vivemos, que idealmente se quer plural e imparcial, e no qual a informação se apresenta como um recurso ao qual todos devem ter acesso, as classificações, tanto nos arquivos como nas bibliotecas, constituem-se como principais estruturas da organização do conhecimento, aptas a dar resposta a este propósito. Para tal, é imperativo que estes recursos se adaptem aos novos sistemas em suporte eletrónico, atuais ferramentas de representação e recuperação da informação. Deste modo, impõe-se, com maior acuidade e com vista ao seu ajustamento, refletir, de um modo crítico, sobre algumas questões teóricas e práticas, nomeadamente sobre a teoria da classificação, de um modo geral, e sobre as classificações nos arquivos e nas bibliotecas, de um modo particular, buscando pontos de convergência e de divergência entre estes dois modelos, de forma a proporcionar a sua melhor compreensão.

Assim, do ponto de vista metodológico, recorreremos, numa primeira etapa, a uma breve revisão do tema, baseada numa pesquisa bibliográfica, realizada em obras de autores selecionados pela sua pertinência com o tema, na qual teremos a oportunidade de expor os aspetos essenciais das classificações consideradas. Após a realização desta primeira etapa do estudo, passaremos a uma segunda, em que efetuaremos uma breve análise comparada das classificações em arquivos e em bibliotecas, contextualizando e sustentando essa análise, concetualmente, nos seguintes eixos estruturantes: origens; influências, definições; objetivos; relevância; princípios; características gerais.

Este artigo encontra-se estruturado em seis secções. Na primeira secção, efetuamos as nossas considerações iniciais, apresentando a motivação deste estudo, os seus objetivos, de carácter geral e específico, bem como o seu plano metodológico e a sua organização. Na segunda secção, realizamos um breve apontamento sobre a teoria geral das classificações, em torno de dois eixos: definição, objetivos e dimensões epistemológicas da classificação; características, princípios e tendências gerais da classificação. Tais eixos servem como base para a concretização das duas secções posteriores, que constituem, a seu modo, os segmentos concetuais estruturantes do estudo, e que concretizam os objetivos do mesmo. Nas referidas secções realizamos uma abordagem geral, respetivamente, das classificações bibliográficas e das classificações em

arquivos, sustentada nos seguintes aspectos: origens, influências, definições, objetivos, relevância, princípios e características. Na quinta seção, efetuamos uma análise comparada dos dois tipos de classificação considerados, estruturada nos mesmos eixos que nos servem como base de contato nas seções anteriores. Na sexta e última seção, efetuamos as nossas considerações finais a respeito dos assuntos levantados neste estudo.

Finalmente, cumpre referir que ao identificarmos os principais pontos de convergência e de divergência entre os tipos de classificação mencionados, estaremos a cumprir com uma dupla função: situar estes recursos no seu devido lugar, i.é., no âmbito de uma teoria geral e específica que os sustenta; contribuir para o melhor aproveitamento, na prática, e de uma forma mais eficaz e eficiente, das suas reconhecidas potencialidades.

2. BREVE APONTAMENTO SOBRE A TEORIA GERAL DAS CLASSIFICAÇÕES

De uma forma geral as classificações bibliográficas e as classificações desenvolvidas em arquivos encontram-se inseridas numa teoria geral, que é a teoria das classificações. Não sendo nosso propósito expor uma reflexão exhaustiva sobre este assunto, o que neste contexto se mostraria supérflua, entendemos, contudo, ser uma mais-valia traçar o contorno conceitual em que as classificações bibliográficas e as classificações realizadas em arquivos se integram. Para alcançar este objetivo, iremos desenhar este breve apontamento nos dois segmentos a seguir: (a) definição, objetivos e dimensões epistemológicas da classificação; (b) características, princípios e tendências gerais da classificação.

2.1 Definição, objetivos e dimensões epistemológicas da classificação

No dicionário etimológico de Quicherat (1927, p. 231), o conceito classificação provém do étimo grego *Clasis*, que foi latinizado para *Classis*, substantivo usado para designar algo que é distribuído de acordo com um critério estabelecido *a priori*. No

Dicionário de Houaiss e Vilar (2002-2003, p. 231), e remontando à Roma Antiga, o termo classe refere-se a uma das categorias entre as quais eram divididos os cidadãos, partindo esta divisão do critério da riqueza. Segundo o dicionário de Língua Portuguesa da Academia das Ciências (2001, p. 837), entre outras aceções, entende-se por classificação: “[a]ção de distribuir por classes, por categorias [...], segundo critérios precisos”. No Dicionário do Livro, de Faria e Pericão (2008, p. 258), a classificação é definida sob diversas perspectivas, entre as quais destacamos as duas seguintes, por serem do nosso particular interesse: “[c]onjunto ordenado de conceitos, distribuídos sistematicamente em classes, formando uma estrutura” e “[e]struturação de conceitos em classes e subdivisões para exprimir as relações semânticas existentes entre eles”.

Das definições anteriores, extraímos, pelo menos, duas ilações fulcrais para o nosso estudo: (a) nos dois dicionários etimológicos/linguísticos referidos, o conceito de classificação é apresentado como um processo; (b) no dicionário temático, classificação aparece como um produto. Esta situação perdura, todavia, na prática, na medida em que estes dois conceitos, nesta dimensão, se sobrepõem. Nesta circunstância, a classificação pode identificar tanto o processo como o resultado, designando tanto a ação como o efeito. Não obstante, num plano teórico, não se podem confundir estes dois conceitos. Classificação será o produto que resulta do ato de classificar e que, simultaneamente, é o instrumento usado para levar a cabo o processo de classificar.

De acordo com o exposto, podemos inferir que classificar é o processo que dá origem a um plano estruturado; classificação é o instrumento, cuja construção geralmente é *a priori*, e se baseia em critérios de semelhança e de dissemelhança, para, respetivamente, juntar e separar objetos, organizando-os, deste modo, em categorias ou classes, de acordo com as suas qualidades substantivas.

A classificação persegue o fim de organizar, de forma coerente e consistente, informações e conhecimentos. Vejamos porquê. Os sistemas de classificação existem para contrariar o fenómeno da dispersão do conhecimento, regendo-se pelo princípio da sua organização e do seu controlo (Gil Urdiciain, 1996). Deste modo, o seu principal propósito é organizar as entidades físicas e abstratas em grandes categorias ou classes. Neste

sentido, podemos afirmar que as classificações, pela forma como distribuem os objetos, criam pontos de referência que permitem ao ser humano orientar-se sem grandes perturbações, quer seja no espaço físico, quer seja no espaço abstrato (Simões, 2008, p. 73-74). Ainda, seguindo esta linha de raciocínio, podemos inferir que o fim das classificações, consideradas no geral, é organizar a informação e, conseqüentemente, o conhecimento, de uma forma sistematizada, com vista à sua disponibilização, para que os utilizadores a ela possam aceder de um modo pertinente e célere. Deste ponto de vista, as classificações cumprem com o seu mais relevante objetivo: ser um recurso metodológico de organização, intelectual e física, da informação e do conhecimento, de modo a promover a sua eficaz e eficiente recuperação.

Do ponto de vista epistemológico, a classificação apresenta, pelo menos, duas dimensões, que concorrem para o processo de representação da realidade: seleção e relação. Assim, ao observarmos os fenómenos, os objetos e as ideias, por um lado, tentamos descobrir as suas relações, de modo a uni-los entre si, com base num esquema inteligível. Por outro lado, ao tentar juntá-los, também procedemos de modo a seleccionar um conjunto de características (i.é., propriedades, atributos ou qualidades), em detrimento de outras, justificando as nossas opções. Como é bom de ver, esta seleção é condicionada pelo contexto em que ocorre e concretizada em função dos objetivos de quem a realiza, o que, de algum modo, explica o facto de que o processo de organização de uma mesma realidade, efetuado por distintas pessoas, pode produzir diferentes resultados (Esteban Navarro, 1999, p. 25).

2.2 Características, princípios e tendências gerais da classificação

Conforme sabemos, a classificação caracteriza-se pelo facto de se tratar de um processo analítico-sintético que tem como propósito organizar o conhecimento e assim cumprir o seu principal objetivo, recuperar a informação, como é, de resto, o propósito de qualquer linguagem documental. Relativamente às características gerais de um plano de classificação, entendido como um resultado, este é constituído por uma série de conjuntos de objetos/entidades, que se encontram organizados segundo as suas

afinidades. De acordo com as suas particularidades esses objetos/entidades vão-se reunindo em grupos conceituais, mais ou menos amplos, consoante a diferença específica³ que se lhes atribuir para efeitos classificatórios. Em suma, a particularidade comum destes grupos, ou classes, é possuírem uma ou várias características afins. Deste modo, podemos inferir que um dos princípios fundamentais das classificações é a afinidade observada nos diversos objetos/entidades que compõem uma mesma classe, sendo esta definida pela partilha de uma ou mais características entre os referidos objetos/entidades observados.

Outras particularidades que caracterizam a ideia de classificação tradicional e que, por esta via, se transformam em princípios, são: a hierarquia; a exclusividade; a exaustividade. No que respeita à hierarquia, esta observa-se quando os objetos apresentam relações de subordinação entre eles. Estas relações podem ser monohierárquicas ou polihierárquicas. Cumpre referir que qualquer uma destas hierarquias se baseia na aplicação de critérios pré-determinados aos elementos que constituem as classes. O princípio da exclusividade diz-nos que um objeto apenas poderá ser classificado numa classe, e o princípio da exaustividade refere-nos que cada classe deverá ser constituída por todos os objetos que constituem semanticamente esse domínio.

Se na teoria podemos entender estes princípios como pacíficos e de fácil observação, contudo, na prática, tal situação não se observa de forma tão linear. Muitos são os objetos que podem ser classificados em mais do que uma classe, pois, tal como referimos previamente, qualquer objeto poderá ser perspectivado em várias dimensões conceituais. Portanto, quanto maior for o número de características de um dado objeto maior há-de ser o número provável das classes nas quais poderá ser classificado⁴. A não observância desta circunstância concorrerá inevitavelmente para a construção de classes artificiais. Na prática, a situação descrita não acontece. Não há classificações que se regulem, ao mesmo tempo, por estes dois últimos princípios. A este propósito, Apostel

³ Diferença específica é um conceito oriundo da filosofia aristotélica. Esta noção (caraterística) quando aplicada à ideia de género-próximo constituiu uma nova espécie.

⁴ Constatação que se baseia na assunção de que a riqueza gera a diversidade.

(1963, p. 160) refere que a maioria das classificações que conhecemos não é nem exaustiva nem exclusiva⁵.

Ainda, cumpre referir que a diversidade do processo de classificar se restringe pela tendência de as pessoas se guiarem, durante o processo de agrupamento dos objetos em classes, por três critérios considerados principais: (a) a quantidade, que se refere à frequência de características em comum identificadas nos objetos de uma classe; (b) a qualidade, que se refere à relevância estrutural atribuída a alguma destas características; (c) a funcionalidade, que se refere à relação existente entre as características dos objetos e o contexto/utilidade que os condiciona⁶ (Esteban Navarro, 1999, p. 25-26)⁷.

3. AS CLASSIFICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

3.1 Origens e influências

As classificações bibliográficas, tal como as conhecemos atualmente, surgiram na segunda metade do século XIX e inícios do século XX. As primeiras classificações nasceram de uma necessidade empírica, que se prendia com a carência de um instrumento que permitisse a organização dos documentos, nas estantes, por temas. Entre as classificações criadas durante este período, salientamos, pela sua importância no percurso histórico das mesmas, e pela repercussão que tiveram na construção de outros sistemas de classificação: a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação da Biblioteca do Congresso.

Embora as duas classificações, no que concerne à sua origem, tenham assentado em pressupostos distintos, contudo, elas perseguiram o mesmo objetivo – organizar o conhecimento de um acervo documental por temas – ainda que, nestes casos em concreto, em distintos contextos: a Classificação Decimal de Dewey, usada para organizar

⁵ Uma das razões pelas quais as classificações em arquivos não se regem pelo critério do assunto é justamente esta. Pretende-se, com isto, evitar a dispersão provocada pela possibilidade de que um objeto possa ser incluído em mais do que uma classe.

⁶ O autor cita, como exemplo, o caso da classificação dicotômica dos animais nos ecossistemas, em que, sob um critério em que relevaria a utilidade destes animais para o meio, os mesmos poderiam dividir-se em “parasitas” e “saprófitas”.

⁷ De notar que estas assunções concordam com a epígrafe que abre este estudo.

o acervo de uma Biblioteca universitária e a Classificação da Biblioteca do Congresso, usada para organizar, como refere o próprio nome, a Biblioteca do Congresso americano.

Se, por um lado, a Classificação Decimal de Dewey foi concebida com base em princípios filosóficos, de resto, conceitos sobre os quais radicavam a maioria das classificações, seja as classificações dos saberes (Classificações filosóficas) seja as classificações dos seres (classificações naturalistas)⁸, por outro, a Classificação da Biblioteca do Congresso foi criada, essencialmente, sobre suportes empíricos. A sua construção foi alicerçada sobre princípios pragmáticos que representavam, em última análise, as necessidades da arrumação das obras que constituíam a coleção da Biblioteca do Congresso.

Após a criação destas duas classificações, outras foram elaboradas, umas apresentando estruturas idênticas, como a Classificação Decimal Universal, baseada na Classificação Decimal de Dewey, outras com estruturas distintas como a Classificação de Bliss e a Classificação de Colon, cujos fundamentos se alicerçaram em bases filosóficas⁹.

Desse modo, considerando o espírito dos grandes sistemas bibliográficos criados nos finais do século XIX e inícios do século XX, no que concerne aos seus pressupostos teóricos, podemos referir que as classificações bibliográficas foram influenciadas pelos princípios das classificações dos filósofos e pelas classificações dos naturalistas. Tal circunstância concorre para que possamos inferir que os fundamentos filosóficos deste tipo de classificações se prendem, por um lado, com os princípios aristotélico-tomistas¹⁰ e, por outro, com os princípios que caracterizaram a filosofia racionalista-empirista do século XVIII. Sobre esses princípios debruçar-nos-emos no último ponto desta secção.

⁸ Para um maior desenvolvimento sobre as classificações dos seres e dos saberes, ver Pombo (1998).

⁹ Os princípios filosóficos considerados por Henry Bliss irão estar na origem da nova teoria das classificações bibliográficas, desenvolvida por Ranganathan, tendo sido este influenciado significativamente por Bliss.

¹⁰ Que tem os seus princípios na Filosofia aristotélica e que foi desenvolvida e interpretada por S. Tomás de Aquino à luz dos fundamentos da doutrina cristã.

3.2 Definições

Mas, o que é uma classificação bibliográfica? Segundo a Norma ISO 5127-6:1983 (1988, p. 93), entende-se por sistema de classificação, [...] “linguagem documental destinada à representação estruturada de documentos ou de dados, através de índices e de termos correspondentes, com o fim de permitir um acesso sistemático, recorrendo-se para isso, se necessário, a um índice alfabético”¹¹. Partindo desta definição, entendemos por classificação bibliográfica, um esquema constituído por códigos numéricos ou alfanuméricos (notações), controlados e estruturados, e que representam conceitos; estes, usualmente, encontram-se elencados do geral para o particular. Estes códigos assumem uma dupla função: servem para representar a informação por temas e para a recuperar, princípio e último fim de uma classificação.

3.3 Objetivos e relevância

Importa salientar, que independentemente da diversidade das estruturas usadas na organização dos termos que as compõem, assim como da natureza dos seus princípios, o grande objetivo para o qual as classificações bibliográficas foram criadas é o mesmo: representar a informação por temas, com vista à organização do conhecimento em grandes quadros epistemológicos, como já referimos, em diversos pontos deste texto.

Assim, ao longo de quase um século e meio, as linguagens categoriais continuam a ser consideradas como um dos instrumentos mais utilizados na representação da informação e, conseqüentemente, na organização do conhecimento nas bibliotecas. Durante este período elas foram adaptando-se, paulatinamente, às exigências ocorridas nas mentalidades e às exigências trazidas pelo novo paradigma tecnológico, a partir dos meados do século XX. Esta alteração, observada nos seus conteúdos e na sua estrutura, todavia, não ocorreu na sua função, mantendo-se esta inalterável: representar a informação por temas, com vista à sua recuperação.

¹¹ Tradução nossa.

Tal como os *softwares* criados para responder às questões colocadas no âmbito da organização do conhecimento, também as classificações bibliográficas são modelos dinâmicos e flexíveis suscetíveis de cumprir uma função, quando devidamente modeladas. Apesar das fragilidades que todos nós lhes reconhecemos elas foram, e continuam a ser, pontos de referência na representação e na organização da informação e do conhecimento, constituindo-se deste modo não apenas num meio de representar e aceder à informação mas também num fim, na medida em que são um dos principais recursos para a localização e, conseqüentemente, a produção de novo conhecimento.

Nesta era digital, caracterizada por uma cultura informacional que se regula pela máxima “Informação é poder”, e na qual a Internet se apresenta como um baluarte, importa não perder de vista o papel das classificações como recursos dessa natureza. No que respeita às classificações bibliográficas, ao contrário do que aconteceu durante décadas, cujo objetivo principal era organizar fisicamente o conhecimento em estantes, com vista à sua célere localização, hoje, além dessa possibilidade, elas permitem localizar a informação que se encontra em texto integral, em ambiente digital, posicionando-se, neste sentido, como pontos cardinais no acesso à informação.

3.4 Princípios e características gerais

Conforme previamente referimos, as classificações bibliográficas foram influenciadas pelos princípios das classificações dos filósofos e pelas classificações dos naturalistas, tendo isso concorrido para que os seus fundamentos filosóficos se prendessem com dois tipos de princípios: os aristotélico-tomistas e os racionalistas e empiristas (século XVIII).

No âmbito dos princípios aristotélico-tomistas não podemos deixar de considerar as ideias aristotélicas de género, espécie, diferença específica, compreensão e extensão. Estas ideias, que se encontram referidas e desenvolvidas por um seu discípulo, Porfírio, podem observar-se de modo implícito na génese e no desenvolvimento das classes, sobretudo, no que se refere às classificações, cujos elementos que as constituem se enquadram em classes e apresentam níveis de dependência entre si. É o caso da

Classificação Decimal de Dewey e da Classificação Decimal Universal. O género corresponderá à classe, na medida em que esta reúne um conjunto de assuntos com afinidade entre si, dependendo estes de um ramo comum. A espécie corresponderá à subclasse, a qual reúne também um conjunto de assuntos com particularidades comuns, sendo que estas apresentam um grau de especificidade entre si maior do que os elementos que constituem as classes. Quando se aplica a diferença específica à espécie, esta subdividir-se-á em outra espécie. Tal circunstância recorrerá quantas vezes se efetuar este o procedimento. É deste modo que se constituem as classes e as subclasses, através do processo relação género-espécie e diferença específica. Na formação das classes, e de todo o seu processo, não podemos deixar de considerar as ideias, também aristotélicas, de extensão e compreensão. São estas as noções responsáveis pela dinâmica concetual observada nas classes. Numa classificação bibliográfica que manifeste características hierárquicas, a estrutura interna das classes é organizada a partir do nível de maior extensão para o de menor compreensão, do geral para o particular. Esta situação verifica-se na medida em que estes dois conceitos funcionam na razão inversa. Assim a um maior nível de extensão corresponde um menor nível de compreensão. Com base neste raciocínio, podemos inferir que todas as subclasses que dependem de uma classe correspondem à sua extensão, enquanto os assuntos que compõem cada uma das subclasses ou divisões correspondem à sua compreensão. Ainda, de acordo com este raciocínio aristotélico podemos deduzir que a um elevado nível de extensão corresponde também um elevado nível de abstração concetual (classe), e que a um elevado nível de compreensão corresponde um elevado nível de particularidade (subclasse e divisões). Outra ideia a considerar na filosofia aristotélica tem que ver com a noção de categoria, que veio influenciar, por exemplo, a estrutura da Classificação Colon, estando na origem das facetas, base estrutural deste Sistema.

Se é algo irrefutável que a filosofia de Aristóteles marcou de modo indelével a estrutura das primeiras classificações bibliográficas, também é um facto, igualmente irrefutável, que os princípios da filosofia empírico-racionalista, conforme referimos anteriormente, também se encontram presentes neste tipo de classificações. Não

podemos deixar de considerar a influência que teve o pensamento de Francis Bacon, ao propor, para classificar as ciências, as três faculdades intelectuais do Homem: Memória, Imaginação e Razão. Outros seguidores da Filosofia experimentalista vieram, também, a ter influência na construção destes sistemas de classificação; entre eles destacamos os filósofos naturalistas do século XVIII, cujas classificações, construídas para classificar os seres vivos, assentavam, de um modo geral, nos seguintes pressupostos: hierarquia, exaustividade e exclusividade. Dada a sua relevância, destacamos em especial a Classificação de Lineu, cuja importância dada aos referidos princípios é por demais evidente no próprio complemento de título da obra *Systema Naturae* [... *Classes, ordines, genera, species, ...*]¹², sendo estes os fundamentos que Carlos Lineu considerou para sistematizar os animais e as plantas. A ideia de exaustividade que Lineu considerou na descrição das espécies é também notória na apresentação exaustiva com a qual os assuntos são registados em cada classe, subclasse e divisão, em algumas classificações, essencialmente, nas de tipo enumerativo. Se articularmos este princípio com o da exclusividade¹³, as classes apresentam-se como uma verdadeira taxonomia¹⁴. Também, os princípios da Filosofia racionalista marcaram a construção das classificações bibliográficas, sobretudo aquelas que são constituídas por classes hierárquicas, cujos elementos estabelecem entre si relações qualitativas assentes nas suas próprias propriedades, que, no caso concreto, se prendem com a característica da afinidade. A disposição destes elementos é feita de acordo com um raciocínio lógico-dedutivo, partindo o seu registo concetual do geral para o particular.

¹² Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Linnaeus1758-title-page.jpg>.

¹³ Um assunto apenas ser passível de ser classificado numa única classe e de apenas lhe ser atribuído, nas classificações bibliográficas, uma única notação.

¹⁴ A ideia de taxonomia é importada da filosofia aristotélica, mas já no século XVI, Pierre de La Ramée, influenciado pela obra de Porfírio, numa tentativa de reformar o ensino, apresenta, em substituição do método escolástico do *Trivium* e do *Quadrivium*, uma classificação do conhecimento baseada em tabelas taxonómicas.

4. AS CLASSIFICAÇÕES EM ARQUIVOS

4.1 Origens e influências¹⁵

As classificações desenvolvidas em arquivos são de evolução relativamente recente e, não por acaso, acompanham o evoluir da disciplina Arquivística, nos últimos cem anos¹⁶. No decorrer deste período, reconhecemos, *grosso modo*, a existência de pelo menos duas fases ou momentos gerais¹⁷, cuja caracterização se baseia num critério de dependência ou de independência da área, face a áreas afins do conhecimento. É sobre estas questões que nos debruçaremos, de um modo geral, nesta secção.

Para efeitos de análise, no que consideramos ser o primeiro momento, que compreende o final do século XIX e a primeira metade do século XX, nota-se, na Arquivística, toda uma influência dos princípios e dos procedimentos praticados noutras áreas, nomeadamente a História e a Biblioteconomia, suas parentes mais próximas. Tal influência terá contribuído para criar uma relação de subordinação entre a Arquivística e as áreas referidas, sendo esta geralmente analisada pela sua carga “negativa” (ver, por exemplo, Heredia Herrera, 1991, p. 29) e confirmada pela transposição de princípios e de procedimentos, sem algum critério crítico ou uma base de sustentação teórica e concetual sólida. Sob este ponto de vista, esta fase terá representado um “atraso” no seu desenvolvimento autónomo (*idem*, 1991, p. 29). No que toca à classificação realizada nos arquivos, no momento em questão, não surpreende que tenha havido uma

¹⁵ Não é objetivo deste estudo analisar o processo evolutivo da classificação em arquivos, desde a Antiguidade. Para este efeito, sugerimos a consulta do texto de Sousa (2006).

¹⁶ Aqui, consideramos como marco teórico, pela sua evidente expressão na teoria arquivística internacional, a publicação do manual holandês de Müller, Feith e Fruin (1973, 2ª ed.), o que se deu, originalmente, em 1898. Como sabemos, trata-se de um primeiro esforço em prol da sistematização das bases da disciplina Arquivística, escorando-se numa formulação capaz de lhe garantir princípios e procedimentos próprios, defendendo assim a sua descontaminação de outras áreas.

¹⁷ No texto de Sousa (2006), encontramos uma divisão que considera dois períodos, tomando como referência o século XIX. Por esta perspetiva, haveria um primeiro período, da Antiguidade até ao século XIX, e um segundo período, do século XIX até aos dias atuais, no que toca, de um modo geral, à história da Classificação em arquivos. No nosso estudo, baseamo-nos apenas no período posterior ao século XIX. Para o conhecimento dos modelos de classificação desenvolvidos no período anterior, sugerimos a consulta do estudo de Sousa (2006).

contaminação¹⁸ pelos modelos de classificação usados nas bibliotecas (e.g., baseados em conteúdos, em assuntos, em unidades, em coleções factícias, etc.), ou mesmo que se tenha notado uma influência dos métodos de organização da informação utilizados pela História e pelas suas ciências auxiliares (e.g., uso dos critérios geográficos, cronológicos, onomásticos, etc.)¹⁹. Esta situação é, de um certo ponto de vista, compreensível, se considerarmos que, conforme recorda Heredia Herrera (1991), os documentos de arquivo e de biblioteca estiveram guardados, durante algum tempo, juntos, produzindo-se, pouco a pouco, a sua separação. Esta proximidade levou a que as opções de tratamento técnico a adotar, em diversos casos, tivessem sido, conforme referimos, apenas transposições, sem alguma base teórica válida de sustentação. Acresce o facto de que os utilizadores dos arquivos, na sua maioria esmagadora, foram, durante muito tempo, os próprios historiadores e os investigadores em ciências afins, fator que corroborou, por um lado, para que a organização da informação, nesses casos, obedecesse a um critério que satisfizesse às suas próprias necessidades e, por outro, para que a manutenção dos documentos visasse, sobretudo, ao fim último da sua conservação, e não da recuperação da informação, com vista, naturalmente, ao acesso alargado. Assim, tanto o empirismo assente nos modelos de então como os ingredientes que se lhe foram juntando contribuem, a nosso ver, para justificar essa contaminação que terá concorrido para a subordinação da área. Naturalmente, os arquivos tratados com base nestes modelos sofreram diversas vicissitudes e ataques, tendo sido frequentes as mutilações e as separações de grupos de documentos inteiros, realizadas para atender às exigências que então pareciam cabíveis. Evidentemente, à luz dos nossos conhecimentos atuais, estes procedimentos não são, de forma alguma, razoáveis²⁰.

¹⁸ Expressão completamente nossa. O termo *contaminação*, tal como o empregamos, contém um conceito negativo, que em muito expressa as distintas posições veiculadas em diversos manuais de Arquivística, ao longo do século XX, denunciando um *viciar*, um *corromper* da disciplina, pelos métodos e pelas técnicas oriundas de outras áreas do conhecimento.

¹⁹ Veja-se argumentos em Heredia Herrera (1991, p. 29; 33; 34).

²⁰ Elucidativos, neste sentido, são os exemplos mencionados no primeiro capítulo do manual de Heredia Herrera (1991), dando conta de diversas situações desta natureza, ocorridas no contexto arquivístico espanhol. A autora chega mesmo a referir que as vicissitudes foram tais que, atualmente, uma das preocupações dos arquivistas espanhóis, no âmbito dos arquivos definitivos, tem sido, justamente, reverter este processo, recompondo os fundos vitimados por estas situações, socorrendo-se, para tanto, de

No segundo momento, que compreende particularmente a segunda metade do século XX, desdobrando-se até aos dias atuais, verifica-se todo um esforço inverso, realizado no sentido de proporcionar uma sustentação teórica e concetual à área, e culminado com a emergência da Arquivística enquanto disciplina autónoma. Tal esforço encontra coincidência, não por acaso, com a clarificação e com a consolidação dos princípios que lhe servem de base, na atualidade, entre os quais destacam-se, pela relevância, o princípio da proveniência e do respeito pela integridade dos fundos de arquivo, – e o seu desdobramento lógico no princípio do respeito pela ordem original dos documentos²¹. Mas, como recorda Sousa (2007, p. 117), desde a formulação até a consolidação dos referidos princípios, constata-se a existência de um “hiato”. Como explica o autor, conquanto hajam sido formulados no século XIX, e tenham sido amplamente referidos e debatidos no decorrer do século XX, ditos princípios apenas teriam sido definitivamente “consagrados” num congresso realizado em Paris, em 1964, patrocinado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Portanto, consideramos que a partir deste momento, e com a consolidação destes princípios, a Arquivística encontra o seu percurso. Com efeito, a frequência com que os mesmos aparecem referenciados, no âmbito da literatura específica, desde há várias décadas, dá mostras da sua pertinência e da sua validade para a Arquivística contemporânea. De forma tal que, na atualidade, qualquer tratamento da informação levado a cabo nos arquivos à margem da sua observância pode cair numa perigosa desobediência. Ainda, a esse mesmo respeito, cumpre referir que, a partir dos anos 90, tanto os princípios quanto os procedimentos arquivísticos foram novamente visitados pelos teóricos²², em função das necessidades especiais impostas por um novo objeto que então se apresentava, ora como ameaça, ora

reinventações e de reclassificações. Não por acaso, a autora dedica todo um capítulo do seu manual de arquivística à abordagem deste mesmo assunto.

²¹ Como se verá, no ponto 4.4 desta secção, estes princípios encontrar-se-ão na raiz do ato de classificar em arquivos, a partir da segunda metade do século XX.

²² Veja-se, por exemplo, as grandes conferências realizadas nas cidades de Macerata e de Marburg, para as quais acorreram especialistas em arquivos de renome internacional. Ou então, os projetos australianos e norte-americanos levados a cabo nos anos 90, alguns perdurando até a atualidade, dos quais surgiram importantes resultados e interpretações para a teoria e a prática arquivística, especialmente, no que toca a lidar com o documento eletrónico.

como desafio, ora como oportunidade: o documento eletrônico²³. Esta nova realidade inaugurou aquilo que, para efeitos de análise, admitimos ser um *novo teste de validade* aplicado às teorias e às práticas arquivísticas.

Sem lugar a dúvida, uma das lições mais evidentes aprendidas a partir da breve análise destes dois momentos tão fundamentais para a Arquivística, é aquela que nos ensinou, e tem ensinado, que o tratamento dos conjuntos arquivísticos não pode ser contaminado por princípios e procedimentos que não sejam seus, ou mesmo adiado, sob pena de se perder o vínculo contextual necessário para os compor e/ou recompor. Desta aprendizagem advém uma conclusão, traduzida numa proposta que, a nosso ver, apela para dois argumentos principais: (a) uma visão integralizada, e não segmentada, do arquivo, que implica (b) uma opção pela gestão da informação, efetuada pelos arquivistas, no ato de produção dos documentos, e que se desdobra em diversas ações complementares, desenvolvidas nas fases posteriores do seu ciclo de vida²⁴. Conforme as análises que pretendemos desenvolver nas próximas secções, as ações direcionadas para a classificação dos documentos assumem-se como capitais nesse sentido.

4.2 Definições

Em alguns dicionários e em algumas normas essenciais para os arquivos, o termo classificação encontra diversas definições. Vejamos, pois, as principais. Segundo a Norma NP 4041 (2005, p. 15), classificação é a “[o]peração que consiste na elaboração e/ou aplicação de um plano ou de um quadro de classificação a unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias”. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Brasil, 2005, p. 49), a mesma palavra é definida como a organização dos documentos de um arquivo ou de uma coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo. No dicionário da Society of American Archivists (2013),

²³ Para um aprofundamento desta questão, veja-se Freitas (2009).

²⁴ Veja-se, por exemplo, a proposta da arquivística Integral, vinculada a Rousseau e Couture (1998) e, em boa medida, reforçada, no Brasil, pelos estudos de Lopes (1996, 1997) e, em Portugal, pelos estudos de Silva *et al.* (2009). Os estudos australianos que culminaram, naquele país, com a proposta do *Records Continuun*, também têm, inegavelmente, o seu lugar, nas discussões teóricas atuais sobre o assunto.

por sua vez, é designada como a organização dos materiais em categorias, de acordo com um esquema que os identifica, distingue e relaciona²⁵. Por fim, no contexto específico da norma NP 4438-1²⁶ (2005, p. 9), é tratada como a identificação sistemática e a organização de atividades e/ou documentos de arquivo em classes²⁷, seguindo convenções estruturadas, e de uma forma lógica, além de métodos e de regras apresentados num sistema de classificação.

Ao analisarmos as definições anteriores, damos-nos conta de, pelo menos, dois aspectos relevantes: o uso de termos que na verdade representam distintos conceitos, usados para designar supostamente o mesmo conceito (*e.g.*, operação, organização²⁸, para designar o que é classificação), sendo este um aspecto revelador da existência de alguma sobreposição terminológica a este respeito; a existência de, pelo menos, uma perspectiva convergente de interpretação, evidente nas definições apresentadas: a assunção de uma ação (operação, organização) que se baseia ou que resulta num produto (plano, quadro, esquema de classificação), denotando uma dimensão operacional do conceito²⁹.

Do mesmo modo, uma rápida consulta realizada em alguns manuais clássicos revela-nos que o conceito de classificação, no âmbito da Arquivística, pode significar coisas diversas. Face a esta imprecisão e para evitar a sobreposição, optamos, neste texto, pela definição que mais se coaduna com as nossas reflexões e que, a nosso ver, distingue, corretamente, o ato de classificar (enquanto processo) do seu produto, a classificação. Trata-se da explicação que nos oferece Heredia Herrera (1991, p. 256-257), para quem

²⁵ Tradução nossa. Disponível em: <http://www2.archivists.org/glossary/terms/c/classification>.

²⁶ Trata-se de uma tradução e de uma adaptação da norma internacional ISO 15489-1.

²⁷ Classe: “primeira divisão de um plano de classificação ou de um código de classificação” (Brasil, 2005, p. 49);

²⁸ É bom de ver que a organização efetiva dos documentos e, conseqüentemente, da informação e do conhecimento, nos arquivos, envolve a realização de duas ações intelectuais consecutivas, a classificação e a ordenação, complementadas, ainda, por uma terceira, de caráter físico: a arquivagem (Sousa, 2007, p. 85-86; NP 4041, 2005, p. 15-16). Portanto, é de todo pertinente não confundir estas ações que, sendo distintas, concorrem para um mesmo fim: a organização da informação, para a sua posterior representação, controlo e recuperação. A classificação representa, assim, apenas uma das partes em que se divide a organização da informação nos arquivos, sendo a outra a ordenação.

²⁹ Sousa (2007) elabora uma análise das definições de quadro, esquema e plano, manifestando e justificando a sua preferência pelo último termo mencionado.

classificar é, pois, um ato que, em termos conceituais, diz respeito sempre ao mesmo: o estabelecimento de classes, agrupadas de uma forma estrutural ou hierárquica num conjunto, variando apenas em razão dos objetivos e das percepções das distintas pessoas que o realizam.

4.3 Objetivos e relevância

Nos arquivos, a classificação se encontra na base da eficiência e da eficácia administrativa, uma vez que concorre, efetivamente, para a organização da informação e para a sua melhor gestão. Trata-se, pois, de uma função vital para a gestão da informação e do conhecimento organizacional. Assim, a classificação é interpretada como um ato fundamental e como um dever de responsabilidade, inalienável e intransferível, que promove o controlo dos documentos pelos seus órgãos de origem. O resultado concreto deste ato espelha-se num plano de classificação³⁰.

Contudo, não nos podemos esquecer de que o ato de classificar implica o desempenho de apenas uma, dentre as várias funções atribuídas aos serviços de arquivo³¹, que, de acordo com Rousseau e Couture (1998), subdividem-se nas seguintes: produção; aquisição; classificação; avaliação, descrição; preservação; acesso.

Na realidade, dentre as funções mencionadas, a classificação mantém uma relação de precedência e de complementaridade com pelo menos duas outras funções, que são: a avaliação e a descrição. Vejamos primeiramente o caso da descrição. No universo da representação da informação arquivística, a descrição é considerada uma função capital. O ato de descrever implica levantar uma série de informações sobre o contexto, o conteúdo e a estrutura dos conjuntos documentais. Muitas destas informações são viabilizadas pelo processo de classificação e de ordenação dos documentos. Portanto, só

³⁰ De acordo com a NP 4041 (2005, p. 16), definimos, de forma abreviada, que o plano de classificação é um sistema de classes pré-definidas, concebido para a organização dos arquivos correntes e para fixar os descritores e os remissivos de cada classe ou subclasse.

³¹ De um ponto de vista geral, uma função arquivística é definida como um conjunto de atividades e de tarefas relacionadas, que concorrem para alcançar, nos arquivos, as metas principais de manutenção da integridade dos documentos de caráter permanente, garantindo a sua acessibilidade e a sua compreensão ao longo do tempo (International Council on Archives, 2005, p. 11).

encontramos algum sentido em realizar a descrição de documentos que tenham sido, primeiramente, alvo de um processo de classificação. Mas, se por um lado, a classificação nos dá uma clara visão do contexto de produção dos documentos, dos seus agentes e das suas atividades e ações, bem como da sua disposição dentro de uma determinada estrutura, por outro, não nos fornece pormenores do conteúdo dos documentos. Esta tarefa toca à descrição. Eis, pois, a razão pela qual elas são, de facto, complementares. Ainda, quando consideramos o contexto atual, em que os documentos eletrónicos passam a ser cada vez mais frequentes nos arquivos, e que as responsabilidades recaem cada vez mais sobre os ombros dos respetivos produtores, damos conta das vantagens que oferece a coordenação entre as funções de classificação e de descrição. Assim, podemos dizer que a Classificação em arquivos cumpre, diretamente, o objetivo de organizar a informação e que contribui para a representar. Trata-se, pois, de uma íntima relação aquela que se verifica entre estas duas funções arquivísticas. De tal modo que não nos equivocamos ao dizer que sem classificar e ordenar a informação nem é possível localizar os documentos com eficácia e eficiência, nem desencadear a sua descrição enquanto ato normalizado.

No caso da avaliação, a relação de dependência com a classificação é igualmente evidente, dado que uma (a classificação) fornece os subsídios para a outra (a avaliação). Em última análise, a avaliação é uma função arquivística que dita a vida ou a morte dos conjuntos documentais, por meio da sua seleção para a preservação ou para a eliminação. Como sabemos, os documentos podem ser eliminados depois de cumpridos todos os seus prazos de vigência, administrativos e jurídico-legais, se não houver uma outra razão suficiente para a sua preservação. Em conformidade com dispositivos administrativos, jurídicos e legislativos, – específicos de cada país ou contexto arquivístico, – são fixados os prazos de retenção e, com base nestes, são construídas e aplicadas, nos arquivos, as tabelas de seleção, dispositivos que cumprem, no limite, duas funções principais: (a) determinar que tipos de documentos deverão permanecer (e até quando); (b) determinar que tipos de documentos poderão ser eliminados (e quando). Determinadas ações que fazem parte do processo classificatório, – tais como a identificação das atividades e das

funções principais e acessórias do organismo produtor dos documentos, e a consequente utilização desta base no ato de fixação e de valoração das séries documentais, – contribuem efetivamente para a realização da avaliação dos documentos. Com efeito, a própria construção da tabela de seleção, que norteia todo o processo, é feita com base na identificação preliminar dos conjuntos documentais, sendo este um objeto da classificação. Deste modo, podemos dizer que a classificação também concorre para a realização do processo de avaliação. Eis aqui mais uma razão por que reconhecemos, tanto a relevância quanto a complementaridade que existe entre a classificação e outras funções específicas que são desempenhadas pelos arquivos.

4.4 Princípios e características gerais

A moderna teoria arquivística dividiu os documentos e, conseqüentemente, os arquivos, em três etapas, – corrente, intermédia e permanente, – impondo condicionantes ao seu tratamento. Nas instituições de origem (i.é., os arquivos correntes, e os intermédios considerados como sua extensão), os documentos devem ser tratados em função do uso e das necessidades de informação dos seus utilizadores imediatos. Por conseguinte, a classificação realizada nesta etapa deve refletir os interesses e as especificidades da organização produtora e acumuladora dos documentos. Nas instituições de destino (i.é., os arquivos definitivos), os documentos, que têm origem diversa, passam a ser conservados no mesmo espaço, adquirindo novas possibilidades de uso. Nesta fase, considerando-se que a classificação e a avaliação tenham sido previamente realizadas, os conjuntos são arranjados uns em relação aos outros, respeitando-se a sua integridade, a sua proveniência e a sua ordem original, o que implica, em boa medida, respeitar a classificação atribuída pelo órgão produtor. Portanto, não obstante as especificidades referidas, os tratamentos atribuídos aos documentos, em ambas as fases, complementam-se e concorrem para o mesmo fim: a recuperação da informação e o alargamento do acesso aos documentos.

Uma das características mais essenciais dos documentos de arquivo, – a organicidade, – esclarece-nos que estes, à medida que vão sendo produzidos ou acumulados, estabelecem relações entre si, por um lado, e com a instituição que os origina ou acumula, por outro. Evidentemente, a observância desta característica tem implicações diretas no processo de classificação em arquivos. Assim, ditas classificações devem realizar-se atendendo, primeiramente, à proveniência dos documentos, capaz de os vincular diretamente ao órgão de origem e, em segundo lugar, à ordem original dos mesmos, capaz de elucidar as relações de produção e de acumulação existentes entre eles. Tais observações implicam que os documentos de arquivo sejam agrupados em função do contexto que os gerou, e não do seu conteúdo, e que sejam tratados, preferencialmente, como conjuntos, e não como itens. O valor de prova atribuído aos documentos, para além do valor de uso, também exige que eles permaneçam vinculados ao seu contexto gerador, não podendo dele dissociar-se, sob pena de uma perda de integridade.

Portanto, o ato de classificar, em arquivos, deve governar-se, entre outros aspetos, pela proveniência, pela ordem original e pelo valor atribuído aos documentos. Assim, nos deparamos com uma realidade arquivística incontornável, que é o facto de os seus esquemas de classificação terem de refletir tanto o contexto quanto a naturalidade³² do processo de produção e de acumulação dos documentos, opondo-se, deste modo, aos esquemas artificiais que, ao privilegiarem os conteúdos, contrariam tais aspetos. Para atender a estas condicionantes, as classificações em arquivo são realizadas, normalmente, em conformidade com a estrutura do órgão produtor e com as suas funções³³, que, como sabemos, derivam em atividades e em tarefas. Sem alargar a discussão para a complexidade inerente ao processo, diremos apenas que quando se baseiam na observação destes dois critérios ou princípios de divisão, concomitantemente, as

³² De notar que não estamos a opor naturalidade e intencionalidade, termos que a nosso ver se complementam, na caracterização do processo de produção e de acumulação dos documentos arquivísticos. Empregamos o termo naturalidade, neste caso, apenas como um oposto à artificialidade.

³³ Nos arquivos, os documentos são produzidos e acumulados, tendo em vista o cumprimento de determinadas funções e atividades que encontram paralelo nas próprias funções e atividades do órgão que os origina. Nesta observância espelha-se o princípio de classificação funcional dos objetos arquivísticos.

classificações apresentam características orgânico-funcionais; quando se baseiam apenas na função, como critério principal de divisão dos diversos níveis e subníveis³⁴, possuem um caráter funcional.

Os critérios acima referidos, pela sua pertinência e consistência, transformam-se, nos arquivos, em princípios a seguir, no ato de classificar. A sua observância, nas diversas etapas do processo, imprime, ainda, duas outras características a estas classificações: (a) o agrupamento dos objetos/entidades, num sentido que vai do geral para o específico³⁵; (b) a realização *a posteriori*, o que equivale dizer que, todo e qualquer processo desta natureza, deve ser precedido por um levantamento e por uma análise sistemática dos dados recolhidos do contexto próprio dos documentos a classificar, de forma a obterem-se as informações necessárias para a concretização do respetivo plano ou esquema de classificação.

Conforme realçamos, os princípios acima descritos enquadram os documentos num contexto informacional. No entanto, não podemos deixar de referir, ainda, a possibilidade do seu enquadramento com base nos conteúdos, resultando numa classificação por assuntos. Conquanto reconheçamos que este é o esquema que mais se aproxima dos critérios de racionalidade humana e, por isso mesmo, de mais fácil elaboração e aplicação, ponderamos que o seu uso, no que toca aos arquivos, deve restringir-se àqueles casos especiais em que os documentos configuram coleções e não conjuntos orgânicos³⁶. É do conhecimento geral que os esquemas por assuntos, além de impróprios, não são vantajosos para a recuperação da informação nos arquivos, por um elenco de razões, a saber: (a) o facto de não respeitarem as condicionantes do objeto e

³⁴ De referir que a existência dos subníveis, tal como recorda Schellenberg (2002), encontra-se condicionada à sua real necessidade. Um plano, enquanto estrutura, não pode ser mais complexo do que o necessário. Convém, pois, reconhecer e aplicar o princípio da simplicidade na estruturação do plano.

³⁵ Que não deixa de ser uma derivação lógica dos princípios de proveniência e de respeito aos fundos e da ordem original, de aplicação obrigatória nos arquivos intermédios e definitivos (Thibodeau; 1990; NP 4041, 2005) e mais do que desejável, conforme defendemos neste texto, nos arquivos correntes. Tais princípios estarão, pois, na raiz dos procedimentos usados para levar a cabo a classificação em arquivos, a partir da segunda metade do século XX.

³⁶ Conforme recorda Schellenberg (2002, p. 92-93), tais casos dizem respeito aos documentos acumulados pelas instituições, para servir como referência e que, em função disso, complementamos nós, configuram coleções factícias e não séries arquivísticas, padecendo da falta de organicidade, característica essencial dos documentos arquivísticos, podendo assim receber um tratamento por assunto.

de, por isso, criarem uma perspectiva artificial de representação da realidade arquivística; (b) o facto de não primarem pelo agrupamento dos documentos, no seu tratamento, e de assim prejudicarem a visão de conjunto, tão essencial para o enquadramento da documentação no seu contexto.

Das análises anteriores, podemos inferir quais são, de facto, os princípios e as características específicas que mais relevam no âmbito da classificação em arquivos e que, por isso mesmo, são frequentemente mencionados na literatura científica sobre o tema. Sem embargo, concomitantes a estes, existem ainda outros princípios gerais da teoria da classificação que, a nosso ver, concorrem efetivamente para o mesmo fim, destacando-se entre eles: (a) simplicidade; (b) flexibilidade; (c) dinamismo; (d) afinidade; (e) funcionalidade; (f) uniformidade; (g) exaustividade; (h) exclusividade. A estes cumpre agregar, ainda, um outro princípio geral que, quer nos arquivos, quer nas bibliotecas, nos parece capital: o da consistência, que nos diz que uma vez eleito o princípio a ser aplicado a um determinado nível, na hierarquia de classificação, convém que o mesmo seja mantido em todos demais casos verificados neste mesmo nível. A não observância deste princípio levará evidentemente à inconsistência, quer no que toca ao processo quer no que toca ao seu resultado³⁷.

5. ANÁLISE COMPARADA DOS DOIS TIPOS DE CLASSIFICAÇÃO CONSIDERADOS

5.1 Origens e influências

As classificações nas bibliotecas surgem na segunda metade do século XIX e inícios do século XX, sob a influência das classificações realizadas pelos filósofos e pelos naturalistas, comuns nos séculos XVIII e XIX, que ergueram princípios pragmáticos e filosóficos sob os quais se assentaria, posteriormente, a construção de suportes empíricos desta natureza. Deste modo, os seus fundamentos prendem-se com princípios aristotélico-tomistas e racionalista-empiristas, próprios de outras classificações

³⁷ Estes princípios foram referidos, de uma forma mais ou menos explícita, por Schellenberg (2002, p. 94-96). No seu estudo, Sousa (2007) também os aborda.

construídas para classificar, essencialmente, os seres vivos, e que assentam em três pilares: hierarquia, exaustividade e exclusividade.

Nos arquivos, as classificações surgem, verdadeiramente, na segunda metade do século XX, a partir da consolidação dos princípios e dos procedimentos que servem de sustentação à própria Arquivística. Antes disso, conforme vimos, as classificações que se realizavam nos arquivos encontravam-se sob a forte influência das classificações bibliográficas e também das classificações metódicas realizadas pelos investigadores de áreas afins (*e.g.*, historiadores, paleógrafos, etc.). Portanto, apenas com a independência teórico-conceitual da Arquivística, estas classificações abandonaram os pressupostos de outras áreas para assentarem-se em pressupostos próprios, o que marcou significativamente o seu processo de evolução.

Portanto, em termos comparativos, podemos dizer que, de um modo geral, as classificações realizadas nos arquivos e nas bibliotecas têm uma raiz histórica e uma influência comuns, que são os pressupostos filosóficos que deram origem aos instrumentos de classificação surgidos com anterioridade; e que, até um certo ponto, a evolução das classificações nos arquivos estaria condicionada à evolução das classificações nas bibliotecas. No entanto, dadas as especificidades do objeto arquivístico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, cada qual evoluiria a seu modo, situação que perdura nos dias atuais.

5.2 Definições

As classificações bibliográficas são esquemas constituídos por códigos numéricos ou alfanuméricos, controlados e estruturados, e que representam conceitos. Esta definição, em linhas gerais, também pode ser aplicada aos arquivos, resguardadas que sejam as devidas especificidades do seu objeto. Ainda, no âmbito dos arquivos, e numa perspectiva convergente de interpretação do termo, classificar presume a realização de um ato ou de uma operação, que se baseia ou que resulta num produto, o que denota uma dimensão operacional do conceito, situação que também se verifica, no que respeita às

classificações bibliográficas. Ainda, em ambos os casos, as sobreposições terminológicas são um aspecto bastante evidente dos textos consultados.

Dada essa situação, neste artigo, optamos por encontrar um ponto em comum entre os textos analisados e as nossas próprias reflexões a respeito do assunto. Portanto, quer no âmbito dos arquivos, quer no âmbito das bibliotecas, consideramos que a classificação será o produto que resultará do ato de classificar e que, simultaneamente, será o instrumento usado para levar a cabo o processo de classificação.

5.3 Objetivos e relevância

Tanto as classificações realizadas nas bibliotecas como nos arquivos surgiram de uma necessidade empírica: a carência de um instrumento que permitisse a organização dos documentos. No caso das bibliotecas, a classificação é um meio para obter a organização da informação e do conhecimento, bem como a arrumação individual dos itens nas estantes, atendendo aos assuntos (i.e., conteúdos). No caso dos arquivos, a classificação é também um meio para a organização da informação e do conhecimento, mas que realça, não os conteúdos, e sim o contexto de produção e de acumulação dos documentos, ditadas pelas funções e pela estrutura do seu órgão produtor. Além do mais, os documentos, neste caso, não são tratados como itens, mas como conjuntos, e arquivados, nas estantes, como tal. Considerando que a classificação é um meio, terá de ter também um fim que, quer nos arquivos quer nas bibliotecas, será o de contribuir para a eficiência e a eficácia da recuperação da informação. Portanto, em ambos os casos, vemos semelhanças na sequência dos processos intelectuais e físicos que dão origem à organização dos documentos, bem como nos objetivos gerais a alcançar. No entanto, no âmbito do tratamento, cada caso em particular reveste-se de aspectos que atendem às especificidades dos seus próprios objetos.

Ainda, no que se refere à teoria geral da classificação, verificamos que estes instrumentos perseguem o fim de organizar, de forma coerente e consistente, o conhecimento, pela organização dos objetos/entidades, físicas e abstratas, em grandes

categorias ou classes. A nosso ver, este conceito condiz, pois, em linhas gerais, tanto com as classificações realizadas nos arquivos como com as classificações realizadas nas bibliotecas.

No que respeita à relevância destes instrumentos, verificamos que, pela forma como distribuem os objetos/entidades, as classificações bibliográficas criam pontos de referência e de orientação no espaço físico e no espaço abstrato e que, para além de terem servido, no passado, como instrumentos empíricos de organização física do conhecimento em estantes, com vista à sua localização, hoje, elas também permitem esta mesma localização, em texto integral, no ambiente digital. Ainda, o facto de serem os instrumentos mais utilizados na representação da informação e, conseqüentemente, do conhecimento, nas bibliotecas, é já por si um outro aspeto que evidencia o seu valor.

Nos arquivos, a classificação se encontra na base da eficiência e da eficácia administrativa, concorrendo para a organização e a gestão da informação e do conhecimento. A sua utilização, enquanto instrumento empírico, corresponde a um ato e a um dever de responsabilidade, inalienável e intransferível, destas instituições. Ela também mantém uma relação de precedência e de complementaridade com outras funções arquivísticas, tais como a avaliação e a descrição. Por fim, na atual realidade dos documentos eletrónicos, a coordenação entre estas três funções traduz-se numa vantagem competitiva para os arquivos.

Portanto, ao analisarmos os dois parágrafos anteriores, pesem embora as especificidades de cada um dos instrumentos mencionados, verificamos, em ambos os casos, diversos pontos de convergência, no que respeita à sua relevância, entre os quais destacamos: servem à recuperação da informação, contribuindo para a sua eficiência e eficácia; participam na organização da informação e do conhecimento; apoiam os utilizadores em tarefas de localização dos documentos; assumem-se como instrumentos de uma relevância capital no atual contexto da informação digital.

5.4 Princípios e características

Conforme o que expusemos na terceira secção deste artigo, no âmbito das classificações bibliográficas tradicionais, as ideias aristotélicas de género, espécie, diferença específica, compreensão e extensão são extremamente relevantes para fundamentar todo o processo de construção das classes. Além disso, os princípios de afinidade, hierarquia, exaustividade e exclusividade, oriundos da filosofia empírico-racionalista e transpostos para a teoria geral da classificação, também se encontram presentes, de uma forma bastante evidente, neste tipo de classificações.

Nos arquivos, todavia, muito embora estas ideias da teoria geral não sejam de todo excluídas do processo de construção das classes, as classificações devem realizar-se, incontornavelmente, com base em condicionantes de outra ordem. Os fundamentos específicos da classificação nos arquivos encontram-se numa característica essencial dos seus objetos/entidades: a organicidade. Esta vincula os documentos a um contexto genético, a uma proveniência e a uma ordem natural de produção e de acumulação, bem como a um valor de prova que lhes pode ser imputado, fazendo com que os mesmos sejam agrupados *a posteriori*, em função do contexto e não do conteúdo, e que sejam tratados como conjuntos e não como itens. Assim, uma classificação em arquivos, enquanto produto, deve opor-se a qualquer esquema que possa ser considerado artificial, por não privilegiar estas condicionantes que caracterizam o documento arquivístico. As classificações por assuntos, por geralmente basearem-se nos esquemas apriorísticos, devem restringir-se, nos arquivos, aos documentos de referência. Eis, pois, inegavelmente, os tópicos em que encontramos as maiores divergências, no que respeita às classificações em questão, sendo estes, não por acaso, os aspetos que justificam a autonomia teórico-concetual destas áreas.

De qualquer modo, também reconhecemos alguns aspetos convergentes entre ambas, sensivelmente, no que respeita à teoria geral da classificação, em que verificamos a possibilidade de aplicação dos seguintes princípios, tanto nas classificações realizadas pelas bibliotecas como nas realizadas pelos arquivos: afinidade, simplicidade,

funcionalidade, flexibilidade, dinamismo, uniformidade, consistência, hierarquia, exclusividade e exaustividade. Apenas, no que respeita à aplicabilidade dos princípios referidos, dada a sua evidente generalidade, realçamos a conveniência de, nos casos concretos, efetuar-se o seu enquadramento específico.

No que respeita às características das classificações bibliográficas, observamos a sua dinâmica concetual, a estrutura hierárquica, bem como a estrutura interna das classes, organizada a partir do nível de maior extensão para o de menor compreensão. Também observamos, quanto ao seu processo de elaboração, que se trata de instrumentos geralmente construídos *a priori*. Por fim, o raciocínio lógico-dedutivo, do geral para o particular, imprime a sua característica estrutural. No que respeita às relações, elas podem ser monohierárquicas ou polihierárquicas. As classificações realizadas nos arquivos, por sua vez, face à necessidade de refletir tanto os interesses e as especificidades da organização produtora quanto a organicidade dos documentos são esquemas realizados *a posteriori*. De igual modo, conquanto sigam o princípio hierárquico de agrupamento dos objetos/entidades, que os dispõe do geral para o específico, este não advém, exatamente, dos princípios aristotélicos de gênero e espécie, mas, especialmente, de uma derivação lógica dos princípios da proveniência e do respeito pelos fundos e da ordem original. Finalmente, estas derivações levam a que as classificações em arquivos, consoante o critério principal adotado para a divisão dos objetos/entidades, possam ser orgânico-funcionais ou funcionais. Aqui também, como já esperávamos, encontramos pontos de divergência entre os esquemas analisados.

Nos demais aspetos característicos da teoria geral da classificação, verificamos, contudo, pontos de convergência entre as classificações analisadas, entre os quais destacamos: o recurso aos critérios de semelhança e de dissemelhança, para juntar e separar objetos, organizando-os em categorias ou classes; a existência de duas dimensões epistemológicas, inerentes ao processo, que são a relação e a seleção; o fato de o processo de seleção condicionar-se pelo contexto e concretizar-se em função dos objetivos, levando o ato classificatório a diferentes resultados; o duplo aspeto do processo de classificar: analítico e sintético; a sua confirmação em planos ou esquemas de

classificação; o facto de estas não se governarem, ao mesmo tempo, pelo princípio da exaustividade e da exclusividade; o facto de estas caracterizarem-se por ser modelos dinâmicos e flexíveis suscetíveis de cumprir uma determinada função, quando devidamente modeladas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne às considerações finais e, seguindo a estrutura base do texto apresentado, importa sintetizar as seguintes ideias: quanto à sua origem, os dois tipos de classificações apresentam um percurso idêntico, na medida em que as classificações em arquivos numa primeira fase aparecem associadas às classificações bibliográficas e às classificações metódicas, desvinculando-se desta linha a partir da segunda metade do século XX, com a independência teórico-concetual da Arquivística.

No que se refere à definição de classificação, tanto no que concerne à noção relativa à classificação em arquivos como às classificações bibliográficas, observamos uma ambiguidade e sobreposição concetual, sobretudo quando analisamos estes dois conceitos numa dimensão prática.

Quanto aos seus objetivos, e salvaguardando as suas especificidades resultantes do seu objeto bem como do seu contexto de aplicação, eles são comuns, na medida em que os dois tipos de classificações foram criados para arrumar/arquivar documentos nas estantes, isto é subjaz-lhes uma vocação empírica. Esta convergência é igualmente verificada no que se refere à relevância, na medida em que também os dois tipos de classificação encontram a sua razão de existência na organização da informação e do conhecimento com vista à recuperação da informação, ontem apenas em ambientes analógicos, hoje também em ambientes digitais.

No que respeita aos princípios e características destes dois tipos de classificações, observamos que apesar de existir alguma afinidade no que concerne a estas categorias de análise, todavia, elas são os elementos que apresentam os maiores desvios quando comparados. Estas divergências assentam, essencialmente, nos binómios: princípios

filosóficos / organicidade; *a priori* / *a posteriori*, nas classificações bibliográficas e nas classificações em arquivos, respetivamente. Relativamente aos princípios da teoria geral, os dois sistemas apresentam, contudo, aspetos em comum, como se pode observar na secção 5.

Por último, não podemos deixar de referir aquela que talvez seja a divergência mais significativa observada, que tem que ver com o objeto específico de classificação, propriamente dito. Assim, enquanto as classificações bibliográficas representam a informação por conteúdos, com vista à organização do conhecimento em grandes quadros epistemológicos, bem como à sua recuperação, a classificação nos arquivos, por sua vez, dá-nos uma visão do contexto de produção dos documentos, dos seus agentes e das suas atividades e ações, bem como da sua disposição dentro de uma determinada estrutura, promovendo o controlo dos documentos pelos seus órgãos de origem, cumprindo o objetivo de organizar a informação, deixando a sua representação, efetivamente, a cargo da descrição.

No que respeita à possibilidade de classificação pelo assunto, nos arquivos, admite-se esta, não como regra, mas como exceção, aplicada em casos especiais. Nos demais casos, portanto, esta é uma questão que se considera teoricamente ultrapassada, pelo facto de não trazer vantagens evidentes. As classificações bibliográficas não podem ser entretanto utilizadas porque, como tentamos clarificar ao longo da nossa exposição, ferem os princípios específicos da classificação em arquivos.

Em última análise, cumpre referir que, pelos aspetos apontados neste estudo, os princípios gerais da teoria da classificação, bem como alguns dos princípios que se aplicam às classificações realizadas nas bibliotecas, não são de todo incompatíveis com os princípios aplicados à classificação em arquivos, ainda que deva-se ponderar, em qualquer caso concreto, a respeito da sua aplicação. Os diversos pontos de convergência que encontramos são demonstrativos desta situação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E/OU CITADA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) – *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Verbo. vol. 1.

AMPÈRE, André-Marie (1938) – *Essai sur la philosophie des sciences ou exposition analytique d'une classification naturelle de toutes les connaissances humaines*. [Em linha]. Paris: Bachelier Libraire-Éditeur. [Consult. 13 mar. 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://books.google.pt/books?id=j4QPAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

APOSTEL, Leo (1963) – Le problème formel des classifications empiriques. In LA CLASSIFICATION DANS LES SCIENCES. Bruxelles : Éditions J. Duculot S. A.

ARANALDE, Michel Maya (2009) – Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. *Revista Ciências da Informação* [Em linha]. 38 : 1 (2009). [Consult. 25 jun. 2009]. Disponível em WWW:<URL:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1056/1313>>>.

ARISTÓTELES (1995) – *Categorias*. Porto : Porto Editora. ISBN 9720410760.

BACON, Francis (1645) – *De dignitate & augmentis scientiarum....* Editio nova...Lugd. Batav. : Franciscus Moyardus et Adrianus Wijngaerde. Lugduni Batavorum: Franciscus Moyardus et Adrianus Wijjingaerde.

BEGHTOL, Clare (1998) – General classification systems : structural principles for multidisciplinary specification. In INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 5, Wurzburg, 1998 – *Structures and relations in knowledge organization : proceedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks. ISBN 3932004787. vol. 6.

BEGHTOL, Clare (1994) – *The classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles*. Metuchen, N.J. : Scarecrow Press.

BRASIL. Secretaria da Casa Civil. Arquivo Nacional (2005) – *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (2005) – *Electronic records : a workbook for archivists*. International Council on Archives : Paris.

DAHLBERG, Ingetraut (1979) – Teoria da classificação, ontem e hoje. [Em linha]. In CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro, 1972 – *Anais*. Brasília : IBICT/ABDF. [Consult. 27 fev. 2007]. Disponível em WWW:<URL:http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm>.

DAHLBERG, Ingetraut (1998) – Classification structure principles : investigations, experiences, conclusions. In INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 5, Wurzburg, 1998 – *Structures and relations in knowledge organization : proceedings of the fifth international ISKO Conference*. Wurzburg : Indeks. ISBN 3932004787. vol. 6.

DIEMER, Alwin (1974) – L'ordre (classification) universel des savoirs comme problème de philosophie et d'organisation. In *Conceptual basis of the classification of knowledge*. Pullach bei Munchen : Verlag Dokumentation. ISBN 3794036492. p. 144-160.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel (1999) – Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. In PINTO, María, ed. – *Manual de clasificación documental*. Madrid : Editorial Síntesis. ISBN 8477385106. cap. p. 19-31.

FARIA, Maria Isabel ; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – *Dicionário do livro : da escrita ao livro electrónico*. Coimbra : Almedina. ISBN 9789724034997.

FREITAS, M. Cristina. V. de (2009) – *A Arquivística sob o signo da mudança : cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico*. Salamanca : Faculdade de Tradução e Documentação. Tese de doutorado.

GIL URDICIÁIN, Blanca (1996) – Manual de lenguajes documentales. Madrid : Editorial Noesis. ISBN 8487462243.

HEREDIA HERRERA, Antónia (1991) – *Archivística general : teoria y práctica*. 5ª ed. Sevilha : Diputación Provincial de Sevilha. ISBN 847798056X.

HOUAISS, A. ; VILLAR, M. de S. (2002-2003). *Dicionário Houaiss*. Lisboa : Círculo de Leitores.

ISO 5127-6. 1983. Documentation et information – Vocabulaire : partie 6 : langages documentaires. In *Documentation et information : recueil de normes ISO I*. Genève : ISO, 1988. p. 87-111.

LINNÉ, Carl von (1779-1780) – *Caroli a Linné, ... systema plantarum secundum classes, ordines, genera, species ... Francofurti ad Moenum apud Varrentrapp, Filivum et Wenner*.

LOPES, Luís Carlos (1996) – *A informação e os arquivos : teorias e práticas*. Niterói : Eduff ; Edufscar.

LOPES, Luís Carlos (1997) – *A gestão da informação : as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro : Arquivo Público.

MÜLLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. (1973) – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional.

NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Caparica : Instituto Português da Qualidade.

NP 4438-1. 2005, Informação e Documentação – *Gestão de documentos de arquivo : Parte 2 : recomendações de aplicação*. Caparica : Instituto Português da Qualidade.

NUNES, Leiva (2007) – *Da classificação das ciências à classificação da informação: uma análise do acesso ao conhecimento*. [Em linha]. Campinas : Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de mestrado. [Consult. 23 mar. 2008]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=340>.

- PERELMAN, C. H. (1963) – *Réflexions philosophiques sur la classification*. In *La classification dans les sciences*. Bruxelles : Éditions J. Duculot S.A.
- POMBO, Olga (1998) – Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. [Em linha]. 2 (1998), 19-33. [Consult. 27 mar. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opomboclassificacao.pdf>.
- PORFÍRIO (1994). *Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles*. Lisboa : Guimarães Editora.
- QUICHERAT, L. (1927) – *Novíssimo dicionário latino : etymologico, prosódico, histórico*. Paris : [s.n].
- RANGANATHAN, S. R. (2006) – *Philosophy of library classification*. Bangalore : Sarada Ranganathan Endowment for Library Science. ISBN 8170004721.
- ROUSSEAU, Jean-Yves ; COUTURE, Carol (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa : D. Quixote. ISBN 9722014285.
- SAYERS, W. C. Berwick (1950) – *An introduction to library classification : theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers*. London : Grafton & Co.
- SHELLENBERG, Theodore R. (2002) – *Arquivos modernos : princípios e técnicas*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas. ISBN 8522503745.
- SILVA, Armando Malheiro da [et al.] (1999) – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Afrontamento.
- SIMÕES, Maria da Graça (2008) – *Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos*. Coimbra : Almedina. ISBN 9789724035703.
- SIMÕES, Maria da Graça (2011) – *Classificações bibliográficas: percurso de uma teoria*. Coimbra : Almedina. ISBN 9789724046082.
- SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (2013) – *A glossary of archives and records terminology*. [Em linha]. Chicago : SAA. [Consult. 24 mar. 2013]. Disponível em WWW: URL: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (2006) – Classificação de documentos arquivísticos : trajetória de um conceito. *Arquivística.net*. [Em linha]. 2 : 2 (2006), 120-142. [Consult. 11 mar. 2013]. Disponível em WWW:URL:<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=64>.
- SOUSA, Renato T. B. de (2007) – A classificação como função matricial de que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderley Batista dos, org. ; INNARELLI, Humberto Celeste ; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *Arquivística : temas contemporâneos*. Brasília : Editora Senac. ISBN 9788598694375. cap. 2. p. 79-172.

THIBODEAU, Sharon G. (1990) – Archival arrangement and description. In BRADSHER, J. Gregory, ed. – *Managing archives and archival institutions*. London : Mansell Publishing Limited. cap. 5. p. 67-77.